

Economia Brasil

Sob o signo dos programas

ESTADO DE SÃO PAULO
05 NOV 1992

O governo quer mostrar serviço: no dia 13 apresentará seu programa de curto prazo e, no dia 17, o de médio e longo prazos, enquanto o ministro do Trabalho anuncia para o início de dezembro a versão preliminar de uma nova política salarial. O do Planejamento foi claro: procura-se, com a divulgação desses planos, responder à ansiedade da população, interessada em saber para onde vamos. Ao que parece, em nosso país é mais importante traçar o organograma do que seguir uma política.

Se o êxito do processo econômico dependesse do número de programas, o Brasil seria sem dúvida o país mais próspero do mundo. Ocorre que se olhássemos ao redor verificaríamos que as nações que alcançaram êxito são exatamente aquelas que seguiram um programa sem modificá-lo a cada ano. Realmente, pairam preocupações sobre os círculos empresariais,

não por falta de programas, mas apenas por se sentir que o novo governo pretende mudar tudo enquanto se registram profundas contradições entre os ministros e mesmo chocantes variações na visão de cada um. A sociedade não estava à espera de um novo programa, mas só de firme declaração em que se assegurassem a continuidade da política econômica e a intenção do governo Itamar Franco de ativar a aplicação das medidas antes anunciadas. O presidente Collor foi eleito em função de um programa que começou a implantar. Assim, não deveria o presidente em exercício esquecer que foi levado ao posto para dar seqüência ao programa, cumprindo-lhe aplicá-lo com o maior rigor e a maior honestidade.

O ex-ministro Márcilio Marques Moreira conseguira criar tranqüilidade no âmbito empresarial, o que permitiu, apesar de uma total liberdade de preços, o

afastamento de uma explosão inflacionária. Mas, ao anunciar novos programas, o governo Itamar Franco está contribuindo para criar um clima de expectativa que muitas vezes se traduz nas empresas por reajustamentos preventivos de preços, o que será mais fácil quando, com mais recursos, os compradores não se mostrarem tão exigentes quanto ao custo das mercadorias procuradas.

Apresenta-se, nos círculos governamentais, o plano de curto prazo como um conjunto de medidas a ser tomadas nas áreas monetária e cambial, com vistas à adaptação do País a uma nova política salarial. Esse simples enunciado pode dar origem a sérias perturbações. Em primeiro lugar, cumpre notar que a política de curto prazo a ser anunciada no dia 13 se adaptará à política salarial a ser divulgada, na sua versão preliminar, no início de dezembro. A premissa de que se possa adap-

tar as políticas monetária e cambial à salarial só leva a apreensões. Antes de tudo, a política monetária deve procurar impedir que a liquidez se transforme em fator inflacionário. À cambial, por seu turno, cumpre manter no quadro de uma liberdade controlada ("dirty floating") uma taxa realista que estimule as exportações sem criar incitação à importação, mas sem tornar proibitiva a compra de bens estrangeiros. Não vemos como possa, dessa maneira, adaptar-se a política cambial à salarial. Porém, basta anunciá-la para que surja inquietação nas empresas que dependem do comércio exterior.

Na realidade o que mais importa hoje é decidir urgentemente uma política fiscal capaz de exercer efeitos sobre a vida das empresas: ao priorizar a política salarial, cria o Planalto um fator de incerteza certamente mais favorável à inflação do que à retomada do crescimento.